



Evento: XXX Seminário de Iniciação Científica, XII Seminário de Inovação e Tecnologia

POLÍTICA DA MUDANÇA CLIMÁTICA: ENSINAMENTOS DE ANTHONY GIDDENS

CLIMATE CHANGE POLICY: TEACHINGS FROM ANTHONY GIDDENS

Dhyani Colpo Copetti¹, Daniel Rubens Censi²

¹ Pesquisa Institucional desenvolvida no Departamento de Ciência Jurídicas e Sociais, pertencente ao projeto de pesquisa: O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado no contexto da sociedade de risco: em busca da justiça ambiental e da sustentabilidade

² Graduanda do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI); Bolsista

³ Professor Orientador Daniel Rubens Censi 2; Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Mestre em Direito (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito e do curso de Graduação em Direito (UNIJUI). Coordenador do Grupo de Pesquisa (CNPq): Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade. E-mail: danielr@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o aumento gradual da temperatura média do planeta tem sido tópico recorrente no cenário internacional. Embora a ciência contemporânea seja capaz de apontar os danos gerados pelo aquecimento global com inédita precisão, no âmbito político internacional, não há cooperação efetiva entre as nações para que o zelo com o planeta se torne vetor das políticas mundiais.

Esta pesquisa objetiva, portanto, analisar o ponto de vista de Anthony Giddens no livro *A política da mudança climática* (2009). No qual o autor aponta as causas do aquecimento global, seus possíveis efeitos e quais as soluções crê serem cabíveis na mudança de cultura necessária, para que as condições climáticas não culminem numa nova grande crise.

METODOLOGIA

Quanto aos objetivos gerais, a pesquisa é do tipo exploratória. Utiliza em seu delineamento a coleta de dados em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e na rede de computadores. Na sua realização, utiliza-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, observando-se os procedimentos de seleção de bibliografias afins à temática em meios físicos e na internet; leitura e fichamento do material selecionado; reflexão crítica sobre o material selecionado; e exposição dos resultados obtidos através de um texto escrito na forma de artigo científico.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebe-se que o aquecimento global, conforme expõe Giddens, tem sua origem no efeito estufa, que consiste no processo natural do planeta para absorver parte da energia vinda do Sol em forma de calor. Os estudos acerca deste efeito iniciaram-se com o cientista francês Jean-Baptiste Joseph Fourier, que calculou a quantidade de energia oriunda do Sol em forma de radiação infravermelha, bem como a proporção que a Terra irradia da energia percebida.

Se tem a conclusão de que se o planeta não conservasse parte da energia proveniente do Sol, congelaria. Percebendo a realidade como diversa à hipótese gelada, deduziu, portanto, que o dióxido de carbono (CO₂), presente na atmosfera, age como as paredes de uma estufa, mantendo parte da energia solar em forma de calor e, conseqüentemente, elevando a temperatura terrestre a um patamar tolerável à vida.

O dióxido de carbono é o principal causador do efeito estufa, porém há outros gases que contribuem, tais como o metano e o vapor d'água. Todos presentes na atmosfera em quantidade relativamente pequena. Ocorre que, nos tempos modernos, o efeito estufa tem sido sumamente acelerado pela ação humana, tendo em vista que a indústria moderna utiliza, basicamente, a queima de combustíveis fósseis como fonte energética, emitindo elevada quantidade de dióxido de carbono.

A respeito do sequestro de carbono, a fundação alemã Heinrich Böll (2018, p.18) informa que:

[...] medir o estoque de carbono é uma tarefa difícil. E a perspectiva de ganhar dinheiro com o sequestro proporciona incentivos errados aos agricultores. Poderia promover métodos insustentáveis de cultivo e a especulação de terras ameaçando 66 bens fundamentais: segurança alimentar, fertilidade do solo e diversidade biológica.

O avanço da ciência, referentes à coleta de dados climáticos, têm facilitado a apuração do impacto das mais diversas atividades diárias contemporâneas no aumento da temperatura média do planeta. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC, na sigla em inglês), foi criado em 1988 e é, atualmente, referência nos estudos das variações do clima no planeta.

O IPCC constatou que o aumento da temperatura do planeta tem acelerado o degelo em regiões de congelamento permanente, nas quais a superfície gelada constitui uma espécie de capa protetora de grandes quantidades de vegetação decomposta, que, se exposta, irá liberar na



atmosfera grande quantidade de dióxido de carbono. Outra causa do aumento da temperatura é o aquecimento das águas oceânicas, que as tornam mais ácidas e também aumentam o nível da emissão de gases geradores do efeito estufa, além de causar dano – que não se tem ao certo a extensão, mas sabe-se que é catastrófico – na fauna e flora marinha.

Mesmo que o aquecimento descontrolado da temperatura do planeta apresente desde já resultados pavorosos - mesmo que não apocalípticos - e a sociedade os conheça, as massas populacionais não sentem a necessidade de mudar os hábitos correntes nem de tomar posição a respeito do que acontece. Os riscos são iminentes, no entanto não geram comoção social suficiente para que o mercado modifique suas praxes e passe a adotar, como regra, as energias limpas, nem se preste a devida atenção nas práticas cotidianas.

Os combustíveis fósseis têm papel central no desenvolvimento econômico desde a Revolução Industrial e do avanço das técnicas de extração, respectivamente. Porém, o crescimento da economia perde sentido no momento em que deixa de trazer qualquer aspecto de bem-estar, social e individual. Neste ponto, os visíveis efeitos do aquecimento global demonstram que, apesar de se possuir reservas de combustíveis fósseis para as próximas décadas, não é recomendável que a utilização destes se mantenha como a principal fonte energética.

O carvão representou a ascensão da indústria no modelo que se apresenta hoje em dia, reduzindo consideravelmente a necessidade do emprego de força humana na produção em massa. Richard Heinberg, no contexto social estadunidense, comparou a energia gerada por um ser humano em contraponto à gerada pelo combustível que alimenta as mais diversas máquinas usadas no dia-a-dia, chegando à conclusão de que o cidadão médio, para manter seu estilo de vida, usa por meio de combustíveis a energia produzida pelo equivalente a cento e cinquenta seres humanos. Do ponto de vista energético é um combustível seguro, por outro lado, do ponto de vista ambiental tem potencial devastador. Seja pela fuligem, seja pelos gases que emite quando da queima. O carvão é atualmente o principal meio de combustível da China, país hegemônico na atividade industrial internacional.

O petróleo, por sua vez, dita o ritmo da economia global. É utilizado de alguma forma em praticamente todos os itens utilizados cotidianamente no mundo todo. Além de ser matéria-prima de uma grande quantidade de combustíveis automotivos, é também ingrediente de fertilizantes, tintas, borrachas, plástico, entre outros. O petróleo movimenta grandes



quantidades de capital, fato que dificulta o questionamento da dependência do mercado acerca do petróleo, no entanto, crises enfrentadas pelo aumento do preço do barril abrem espaço para que se possa revisar as prioridades da indústria e reavaliar a segurança energética proporcionada pelo combustível fóssil em questão.

A importância de examinar o impacto dos combustíveis fósseis na economia mundial reside no fato de que, enquanto os lucros provenientes da exploração de atividades que contribuem com o aquecimento global superarem os lucros de qualquer outro setor da economia, será cada vez mais difícil adotar novos meios de geração de energia, como a eólica, termelétrica, das ondas do mar e solar, sem uma intervenção radical estatal globalizada. De outra banda, a mudança apenas na legislação e na tributação não trará os resultados almejados, pelo menos não a longo prazo, uma vez que os governos dos países democráticos possuem tempo determinado no poder, sendo necessário que a preocupação com a mudança climática transcenda os ideais políticos de cada vertente. Além de o engajamento popular representar grande força nos debates. Desta forma, Giddens propõe, entre outros, dois conceitos fundamentais: convergência política e convergência econômica.

A convergência política concerne na valoração positiva da política da mudança climática quando comparada a outros objetivos políticos. Diz respeito ao alcance desta política no âmbito social e a capacidade que tem de inovar e influenciar o modo de vida atual. Por exemplo, políticas públicas que culminam na diminuição da emissão de carbono, tais como diminuição do uso de automóveis individuais. Já a convergência econômica trata das vantagens econômicas auferidas por aqueles que busquem inovar no sentido de aliar a redução da emissão com as táticas de mercado. Ou seja, evitar que empresas sejam prejudicadas na competição que é o mercado se tentar incorporar na sua filosofia, métodos que não contribuem com o aquecimento do planeta. Porém, acredita que abstenções individuais não constituem o caminho mais eficaz para fazer frente ao aumento gradual da temperatura.

O problema deve transcender o individualismo, em se tratando de buscar mudanças que afetarão diretamente a continuidade do ser humano no solo terrestre, não se pode rotular a luta contra a emissão de gases geradores do efeito estufa como sendo ideologicamente de esquerda ou de direita. Neste sentido, surgem os acordos internacionais. O mais recente deles é o Acordo de Paris de 2015, que como meta principal tem que se evite o aumento da temperatura global a 2°C em relação ao período pré-industrial. Representou o primeiro acordo de caráter



efetivamente global que diz respeito a como o mundo lidará com a mudança climática, reunindo na ocasião 195 países. O Brasil, ao prestar o compromisso de cumprir o acordo, vincula-se às metas de reduzir a emissão de carbono em 37% até 2025 e 43% até 2030, tendo como referência a quantidade emitida no ano de 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade tem o dever de entender que precisa discutir os rumos da civilização no que diz respeito ao cuidado do meio em que habita. O planeta Terra, ao longo de sua extensa cronologia, foi palco de grandes extinções. No entanto, sempre se recuperou no intervalo de poucos milhões de anos, embora as populações nele residentes tenham tragicamente encontrado seu fim. Neste sentido, o sentimento de onipotência característico do *homo sapiens* deve ser encarado como a falácia que de fato é, introduzir às pautas políticas o enfrentamento das atividades causadoras do aquecimento global não é uma questão de salvar o planeta, uma vez que a humanidade não é detentora do poder necessário para destruí-lo, mas de garantir que a qualidade de habitável para seres humanos perdure por mais tempo do que o estimado, caso não haja mudança nos padrões existentes.

Palavras-chave: Aquecimento global. Efeito estufa. Temperatura, Mudança Climática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIDDENS, Anthony A política da mudança climática. Zahar Ed. Rio de Janeiro, 2009. 314 págs.

HEINRICH BÖLL FOUNDATION. Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Heinrich Böll, 2018. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.